

HABEAS CORPUS Nº 547.039 - SP (2019/0349492-0)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUCAS PAMPANA BASOLI - SP263943
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MATHEUS MIRANDA GUANDALINI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MATHEUS MIRANDA GUANDALINI contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no HC n.º 2229065-61.2019.8.26.0000.

O Paciente foi preso em flagrante por supostamente ter incorrido nas condutas previstas nos arts. 33, *caput* e 35, da Lei 11.343/2006, pois "*trazia consigo, para fins de fornecimento e entrega a consumo de terceiros, 186 (cento e oitenta e seis) porções de crack, com peso de 42,06 gramas, além de 11 (onze) invólucros de cocaína, pesando 19,48 gramas*" (fl. 17), além da quantia em dinheiro de R\$ 229,00 (duzentos e vinte e nove reais) em notas diversas e um aparelho celular Samsung J5. A prisão foi convertida em preventiva no dia 29/09/2019, como forma de garantia da ordem pública, nos termos da decisão acostada às fls. 27-30.

Irresignada com a prisão preventiva do Paciente, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem, nos termos do acórdão de fls. 15-19.

Alega a Defesa, em síntese: a) a inexistência de fundamentação idônea para a manutenção do decreto prisional, notadamente porque a decisão arrolou argumentos genéricos e baseados na gravidade abstrata dos delitos; b) a ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal; c) a desproporcionalidade da medida; d) a presença de condições pessoais favoráveis; e e) o cabimento da substituição da custódia por medidas cautelares alternativas.

Requer, em liminar e no mérito, seja revogada a prisão preventiva, ainda que

mediante a aplicação de medidas cautelares diversas.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente diante do que se consignou o Juízo processante, referendado pelo Tribunal *a quo*, sobre a especial gravidade da conduta do Paciente, a justificar a prisão para o acautelamento da ordem pública, *in verbis* (fls. 28-29; sem grifos no original):

"[...]

A luz de uma cognição sumária e provisória, única possível nesse estágio processual, com base nos depoimentos das testemunhas e nas evidências factuais até o momento, é de se manter a prisão, vez que o autuado foi flagrado com 186 pedras amareladas semelhantes a crack e 11 micro tubos plásticos com pó branco semelhantes a cocaína, além da quantia em dinheiro de R\$ 229,00 em notas diversas e um aparelho celular samsung J5. Consta que a droga foi encontrada em uma sacola plástica que estava com o autuado, que tentou evadir-se quando avistou os policiais, dispensando a sacola, porém o mesmo foi detido e na sacola plástica foram encontradas as drogas acima citadas. A forma como se dava o acondicionamento do entorpecente e as circunstâncias da prisão indicam, em tese, que estava praticando o comércio de entorpecente com potencial de atingir várias pessoas, dada a quantidade de drogas já apreendidas, embaladas de forma típicas para o comércio varejista desses entorpecentes. Destarte, a prisão preventiva se faz necessária à garantia da ordem pública, impedindo que solto o detido continue a ofendê-la com a prática de novos delitos. De outro giro, ante as circunstâncias do fato e o estágio prematuro da persecução penal, temerária a conclusão de que as outras medidas cautelares seriam suficientes a resguardar o interesse público (art. 319 do CPP). Enfim, há prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, já que houve prisão em flagrante (art. 311 do CPP). O delito tem pena máxima superior a 4 anos (art. 313, I, do CPP), e a forma como praticada, bem como a gravidade em concreto, demonstram por ora a periculosidade do detido, de sorte que a sua prisão se faz imprescindível à garantia da ordem pública (art. 312 do CPP). Ressalte-se que as outras medidas cautelares não se prestam a garantir a ordem pública, razão pela qual a prisão preventiva se afigura como único instrumento adequado e idôneo (art. 282 do CPP). Por outro vértice, a circunstância de eventualmente ser o requerente primário, possuir bons antecedentes, por si só, não constituem motivos

bastantes para ilidirem o decreto de prisão preventiva ante a necessidade da segregação, como na hipótese dos autos (neste sentido STJ-RHC 6907- Rel. Cid Flaquer Scartezzini, DJU de 01.06.98, p. 152 e STF RHC – Rel. Sydney Sanches – RT 643/361). Pelo exposto presentes, portanto, os requisitos do art. 312, do CPP, vislumbrando no caso prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, não sendo o caso, ainda, de relaxamento de prisão, indefiro a liberdade provisória e CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA do acusado MATHEUS MIRANDA GUANDALINI nos termos do art. 310, II, e art. 313, II do CPP (com redação dada pela Lei nº 12.403/11), para garantia da ordem pública."

Como se percebe, os fundamentos que mantêm a prisão preventiva do Paciente não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, mormente quando ressaltam **a gravidade concreta da conduta** – demonstrada pela grande natureza e variedade das drogas apreendidas (186 (cento e oitenta e seis) porções de *crack*, com peso de 42,06 gramas, além de 11 (onze) invólucros de cocaína, pesando 19,48 gramas). Diante de tais circunstâncias, a ilegalidade do título prisional não é de reconhecimento que se mostra prontamente inequívoco.

Ressalte-se, ainda, que, nesta fase processual, não há como prever a quantidade de pena que eventualmente poderá ser aplicada, caso o Paciente seja condenado, menos ainda se iniciará o cumprimento da reprimenda em regime diverso do fechado, de modo que não se torna possível avaliar a arguida desproporção da prisão cautelar imposta.

Ilustrativamente:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DELITIVA. GRAVIDADE IN CONCRETO. VARIEDADE DAS DROGAS. RESGUARDO DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RECURSO DESPROVIDO.

[...]

3. A custódia cautelar não afronta, por si só, o princípio da homogeneidade ou da proporcionalidade, porquanto não há como estabelecer, neste momento inicial do processo, flagrante desproporção entre a medida cautelar e a sanção decorrente de eventual condenação.

4. Recurso ordinário desprovido." (RHC 98.483/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 27/06/2018; sem grifos no original.)

Superior Tribunal de Justiça

Outrossim, registre-se que, nos termos da jurisprudência desta Corte, "[e]stando presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal, incabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão" (RHC 98.965/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 29/08/2018).

Dessa forma, *primo ictu oculi*, não se constata a patente ilegalidade sustentada pela Defesa – o que obsta, ao menos por ora, o acolhimento da pretensão urgente formulada.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, que deverão encaminhar a senha ou a chave de acesso para consulta dos andamentos processuais.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora